

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 800.252 - RJ (2015/0269919-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : J E A D E S  
**ADVOGADOS** : ELMO PORTELLA - RJ066499  
RAPHAEL RICCI PORTELLA - RJ163492  
**AGRAVADO** : E S  
**ADVOGADO** : LUCIANA SOARES JORGE DE SOUZA - RJ047071

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por J E A D E S contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:

*"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO INTERNO. Cumprimento de sentença. Rejeição de impugnação que arguiu excesso. Escorreita a interlocutória. Termo inicial da correção moratória já definido em agravo de instrumento precedente. Recurso a que se nega provimento." (e-STJ, fl. 95)*

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 117/119).

Nas razões do recurso especial, a ora agravante aponta violação aos arts. 460 e 535 do Código de Processo Civil; 397 do Código Civil, bem como divergência jurisprudencial. Sustenta, em síntese, a) negativa de prestação jurisdicional; b) ocorrência de julgamento ultra/citra petita no que tange aos juros moratórios e seu termo inicial; c) *"compulsando os autos, podemos constatar que a parte agravada-recorrida só interpelou recentemente o agravante-recorrente para o pagamento (fls.1512), com intimação do mesmo em 05/09/2013, momento este que passa a existir a mora! Lembrando que no caso aplica-se a mora ex personae"* (e-STJ, fl. 141).

Contrarrazões apresentadas às fls. 153/161.

Sobreveio o juízo de admissibilidade do Tribunal de origem, que inadmitiu o recurso especial, o que ensejou a interposição do presente recurso.

É o relatório. Passo a decidir.

Cumpre salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os*

*requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".*

Nas razões recursais, a recorrente alega que o acórdão recorrido incorreu em evidente afronta ao 535 do CPC ao omitir-se sobre importante matéria de direito, qual seja, a incidência dos juros moratórios, e caso haja o termo inicial. Por sua vez, o Tribunal de origem, manifestou-se nos seguintes termos:

*"A turma julgadora, após rever as razões do recurso de instrumento, da decisão monocrática que lhe negou seguimento, dos embargos aclaratórios, assim como do presente agravo interno, verificou que a decisão agravada nada mais fez do que aplicar o direito que se extrai dos autos, na conformidade da jurisprudência dominante, expressamente referida.*

*A decisão ora hostilizada ponderou, verbis:*

*(...) "Trata-se de ação de reconhecimento e dissolução de união estável, c/c dissolução e partilha de bens. A ação foi julgada procedente e reconhecida a união estável entre 1985 e 1997, bem como sua dissolução, sendo que os imóveis situados nos bairros da Tijuca e da Barra da Tijuca seriam objeto de meaço. Entretanto, o imóvel situado na Tijuca foi vendido pelo varão, sem a anuência da ex-companheira, em 2008, por R\$ 200.000,00.*

*Aos 21.08.13, a agravada iniciou a execução da sentença, no valor atualizado de R\$ 216.740,74 (Anexo 1, 00032). O aqui agravante, aos 19.09.2013, opôs impugnação alegando excesso no valor de R\$ 86.106,27 (Anexo 1, 00046).*

*Posteriormente, o ora recorrente interpôs o agravo de instrumento nº 0023828- 35.2014.8.19.0000 porque o Juízo determinou a expedição de mandado de pagamento sem haver julgado a impugnação. O agravo anulou parcialmente o julgado porque a interlocutória não examinara todos os pontos da impugnação (pasta 00035).*

*Seguiu-se outra interlocutória que rejeitou a impugnação, desafiante do presente recurso (anexo 1, 00022).*

*Pretende o agravante que: (a) a correção monetária incida a partir de agosto de 2011 (quando transitou em julgado a sentença); (b) seja reconhecida a mora ex personae; (c) os juros moratórios fluem do trânsito em julgado da sentença; (d) o reconhecimento do excesso, no valor de R\$ 86.106,27.*

*O agravo de instrumento nº 0017618-02.2013.8.19.0000, interposto pelo aqui agravante contra decisão determinante de que se procedesse a nova avaliação do imóvel vendido, estabeleceu:*

*"... verifica-se ter sido reconhecido o direito da ora agravada à meaço do imóvel situado na Rua Alfredo Pinto, nº 25, apto. 401,*

*Tijuca, Rio de Janeiro, objeto da avaliação determinada na decisão alvejada. É incontroverso que o referido imóvel foi alienado por R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), em 09.04.2008 (R. 9 da matrícula do imóvel acostada às fls. 111-112 e 137-139) e, portanto, antes da sentença, que foi prolatada em 13.09.2010 (fls. 43-46), que transitou em julgado em 09.08.2011 (fls. 69).*

*Certo é também que o valor da alienação foi o mesmo da avaliação judicial realizada em 20.07.2007 (fls. 83-84), com o qual anuiu a ora agravada em 14.01.2008 (fls. 85).*

*Porém, ao contrário do que foi afirmado pelo ora recorrente, a ora recorrida não concordou expressamente com a alienação do imóvel, mas apenas com o valor da avaliação judicial do bem, em julho de 2007. Nas peças que instruem o presente recurso não se encontrou nenhuma que ao menos induza a concordância da recorrida com a alienação do bem, tanto que este Relator, na decisão que atribuiu o efeito suspensivo ao presente recurso (fls. 105), determinou ao recorrente que trouxesse as peças que atestassem sua afirmação ... Nada indica que a ora agravada soubesse da iminente alienação do imóvel. Muito pelo contrário, uma vez que ela pediu o bloqueio da matrícula do imóvel “para qualquer tipo de transferência, seja ela gratuita ou onerosa” ..., chamando a atenção para o fato de que o imóvel apenas se encontra em nome do suplicado, o que vale dizer que este último poderá proceder à venda do mesmo, caso este não esteja bloqueado. Ou seja, a ora agravada, por cautela, havia requerido o bloqueio da matrícula do imóvel em questão, nada indiciando que tivesse notícia de alienação iminente daquele bem, o que restou corroborado pelo lapso temporal havido entre os pedidos deduzidos pela ora agravada às fls. 76 e 79 (janeiro e março do ano de 2004) e a data da alienação do imóvel registrada na certidão imobiliária de fls. 111-112 e 137-139. Ao contrário do defendido pelo agravante, o conjunto probatório afasta, inexoravelmente, a sua afirmação de que a agravada anuiu expressamente com a alienação do imóvel ... o que restou coligido nos autos conduz a entendimento diverso, ou seja, de que a ora recorrida somente veio a ter ciência da alienação do imóvel na fase de cumprimento da sentença, quando então foi juntado aos autos da ação principal o instrumento de compra e venda daquele bem. A única anuência expressa encontrada nos autos foi a concordância da ora agravada com o valor da avaliação do imóvel feita no curso da ação principal, dela não se podendo, por óbvio, inferir tenha a mesma concordado com o negócio jurídico de compra e venda da qual participou, sozinho, como vendedor, o ora agravante ... Quanto ao mérito da decisão, de fato, proceder a uma nova avaliação do imóvel tendo por referência a data do*

*trânsito em julgado da sentença que reconheceu o direito da agravada à meação, importará desarrozoado prejuízo econômico ao ora agravante ...” (anexo I, 00032).*

*Depreende-se do decidido que a aqui agravada, ao ajuizar a ação, já apontava dois imóveis a serem partilhados. Ainda que a venda houvesse ocorrido anteriormente à sentença, metade de tal imóvel seria da ex companheira. É certo que o valor da partilha referente ao imóvel alienado foi de R\$ 100.000,00, devendo ser monetariamente corrigido a contar da data de sua venda (09.04.08).*

*Sem razão, portanto, o agravante ao pretender que a correção monetária incida após o trânsito em julgado da sentença, questão já decidida no agravo de instrumento nº 0017618-02.2013.8.19.0000, verbis:*

*“É que do período que vai da alienação do bem (abril do ano de 2008) ao trânsito em julgado da sentença (agosto do ano de 2011), ou seja, mais de 3 (três) anos, certamente, o imóvel sofreu valorização própria do mercado imobiliário, nela estando inserida uma variável imprevisível, qual seja, a especulação imobiliária. É certo também que se ele tivesse vendido o bem após o trânsito em julgado da sentença, seria possível que o preço da alienação fosse outro (talvez maior do que aquele conseguido), de modo que, tanto o agravante, quanto a agravada, poderiam vir a ser beneficiados. Ocorre que os fatos não se deram assim, sendo certo que, na esteira do que restou decidido na ação principal, o direito da agravada, projetado sobre o preço da venda do apartamento, remonta ao valor nominal de R\$ 100.000,00, valor esse igualmente reconhecido em favor do agravante” (Anexo I, 00032).*

*Correta, destarte, a interlocutória ora hostilizada, ao rejeitar a impugnação e determinar que os autos fossem remetidos ao contador, “a fim de que seja conhecido o valor da meação”.*

*Tais fatos bastam, igualmente, para afastar a tese do aqui agravante quanto à natureza dos juros moratórios, cujo termo inicial não pode ser da data do trânsito em julgado, mas, sim, o da data da venda do imóvel (09.04.08), excesso algum havendo a ser reconhecido” (e-STJ, fls. 95/97)*

Nesse toar, rejeita-se a alegada violação ao art. 535 do CPC/73, uma vez que o eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) analisou os pontos essenciais ao deslinde da controvérsia, dando-lhes robusta e devida fundamentação. Como já dito, a uníssona jurisprudência deste eg. Tribunal é no sentido de que o magistrado não está obrigado a responder a todos os argumentos apresentados, desde que aprecie a lide em sua

inteireza, com suficiente fundamentação.

A propósito:

*"AGRAVO INTERNO EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO MONITÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DOS RÉUS-EMBARGANTES.*

*(...)*

*2. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Dessa forma, à míngua de qualquer omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973.*

*(...)*

*6. Agravo interno desprovido."*

(AgInt no AREsp 362.110/RJ, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe de 23/03/2017 - grifou-se)

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APRECIÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 535 DO CPC/1973 (CORRESPONDENTE AO ART. 1.022 DO CPC/2015). DECISÃO MANTIDA.*

*1. Inexiste afronta ao art. 535 do CPC/1973, correspondente ao art.1.022 do CPC/2015, quando a Corte local pronunciou-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.*

*2. Agravo interno a que se nega provimento."*

(AgInt no AREsp 988.556/MS, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe de 17/03/2017 - grifou-se)

Ademais, elidir as conclusões do aresto impugnado quanto ao termo inicial para a aplicação dos juros moratórios, bem como no que tange à ocorrência de julgamento citra petita, demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial a teor da Súmula nº 7/STJ: A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial. A propósito:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. AUSÊNCIA DE*

*CONTROVÉRSIA SOBRE O PAGAMENTO. SIMPLES COBRANÇA NÃO CONFIGURA CONDUTA ILÍCITA. MATÉRIA CONSTITUCIONAL.*

*INVIABILIDADE. JULGAMENTO CITRA PETITA. PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA.*

*QUESTÃO QUE DEMANDA REEXAME DE PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.*

*1. A matéria constitucional invocada não é de ser examinada nesta via, porquanto refoge à missão creditada ao Superior Tribunal de Justiça, pelo artigo 105, inciso III, da Carta Magna, qual seja, a de unificar o direito infraconstitucional.*

*2. Insubsistente o alegado julgamento citra petita, pois o órgão julgador não violou os limites objetivos da pretensão, tampouco concedeu providência jurisdicional diversa do pedido formulado na inicial, respeitando assim o princípio processual da congruência.*

*3. Inviável a análise de eventual violação aos dispositivos legais arrolados no apelo nobre, uma vez que o Tribunal de origem erigiu seu entendimento totalmente calcado nas provas dos autos, valendo-se delas para concluir pela improcedência do pedido do recorrente.*

*Incidência da Súmula 7 do STJ.*

*4. Agravo interno não provido.*

(AgInt no AgInt no AREsp 971.316/SP, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 11/04/2017)

Pela alínea "c" do permissivo constitucional, melhor sorte não socorre ao apelo nobre, uma vez que o ora recorrente não realizou o cotejo analítico entre os vv. acórdãos em comparação, limitando-se a transcrever cópia de ementas. No entanto, a uníssona jurisprudência desta eg. Corte firmou-se no sentido de que a mera transcrição de ementas não é suficiente para a comprovação da divergência jurisprudencial.

Nessa linha de intelecção, destacam-se os seguintes julgados:

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMINATÓRIA. PLANO DE SAÚDE. CUSTEIO DO TRATAMENTO DO SEGURADO. RECUSA. NATUREZA ABUSIVA. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.*

*1. Para a caracterização da sugerida divergência jurisprudencial, não basta a simples transcrição de ementas. Devem ser*

*mencionadas e expostas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, sob pena de não serem atendidos, como na hipótese, os requisitos previstos nos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 e 255, § 2º, do RISTJ.*

(...)

*4. Agravo interno a que se nega provimento."*

(AgInt no AREsp 1118727/SP, Rel. **Ministro RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 29/08/2017, DJe 06/10/2017 - grifou-se)

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ERRO DE CÁLCULO. REVISÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 7/STJ. EXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO.*

(...)

*3. A demonstração da divergência não se satisfaz com a simples transcrição de ementas, mas com o confronto entre trechos do acórdão recorrido e das decisões apontadas como divergentes, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.*

*4. Agravo interno não provido."*

(AgInt no AREsp 978.980/SP, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 15/08/2017 - grifou-se)

Se não fosse o bastante, também pela alínea "c" do permissivo constitucional, melhor sorte não socorre ao apelo nobre, uma vez que a incidência da Súmula 7/STJ na questão controversa apresentada é, por consequência, óbice também para a análise do apontado dissídio - por ser inviável a aferição de similitude fática entre os julgados -, e impede o seguimento do presente recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional.

Nessa linha, observam-se os seguintes precedentes:

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO NO JULGADO. RECEBIMENTO DOS DECLARATÓRIOS COMO AGRAVO INTERNO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7 E 211/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.*

(...)

*2. Ainda que comprovado o dissídio pretoriano, se a revisão do acórdão do colendo Tribunal de origem depender do reexame do contexto fático-probatório dos autos, fica inviabilizado o acesso*

*à via estreita do recurso especial também pela alínea c do permissivo constitucional.*

(...)

*4. Embargos declaratórios recebidos como agravo interno, ao qual se nega provimento.*

(EDcl no REsp 737.726/MS, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 07/11/2013, DJe 17/12/2013-grifou-se )

*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - ALEGADA NÃO COMPROVAÇÃO DA CAUSA PARA EMISSÃO DE DUPLICATAS - SENTENÇA E ACÓRDÃO QUE RECONHECERAM A VALIDADE DOS TÍTULOS - DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DO DEMANDANTE.*

*1. Demonstrado que o acolhimento das razões do recurso especial torna imprescindível o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, incide o enunciado nº 7 da Súmula do STJ.*

*2. A incidência do enunciado nº 7 da Súmula do STJ impede o conhecimento do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.*

*3. O dissídio jurisprudencial deve ser minuciosamente demonstrado por meio do cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os acórdãos apontados como paradigmas, procedimento não observado pela parte insurgente.*

*4. Agravo regimental desprovido.*

(AgRg no REsp 1137530/MT, Rel. Ministro **MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 10/06/2014, DJe 24/06/2014-grifou-se )

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator